



DA JP PARA O PAÍS

27º CONGRESSO NACIONAL CDS-PP
LAMEGO



Índice

INTRODUÇÃO	1
1. DESEMPREGO E PRECARIEDADE JOVEM	4
1.1. Apoio Social e Reforço Educacional no Combate à Precariedade	5
1.2. Fomentar a Criação de Emprego	6
1.3. Flexibilizar	8
1.4. Geração 4.0 – A era da Automatização em Portugal e na Europa	11
2. EDUCAÇÃO	14
2.1. Liberdade de Escolha	14
2.2. Abandono Escolar no Ensino Superior	21
3. EUTANÁSIA	25
4. EUROPA	29
5. PRIMEIRA HABITAÇÃO	34
6. SEMEAR PORTUGAL	37
7. RELAÇÕES COM O CDS-PP	39

INTRODUÇÃO

A Juventude Popular (JP) apresenta-se no 27.º Congresso do CDS-PP ciente da necessidade de definição que a área do centro-direita político precisa na circunstância actual da nossa democracia. Esse espaço, de todos os democratas não socialistas, é o *habitat* político do CDS-PP e nele terá que verter-se a vontade sólida e inequívoca de o liderar.

Afirmamo-lo com a consciência de que o estatuto do CDS-PP, sustentado pelo notório crescimento das novas gerações, é o de primeira força política à direita, o verdadeiro contra-peso das esquerdas e a principal alternativa coerente ao Partido Socialista. É nossa opinião que se deve, a todo o custo, rejeitar a ideia de diletantismo apolítico, que ora dançado com a esquerda, ora piscando o olho à direita, procura fomentar a ilusão de que o “centrão” em deriva passional pelos opostos é solução para coisa alguma. A equidistância dos polos, própria dos que apregoam “vender a alma ao diabo” a preço de saldo, mais não é do que do que defender, no domínio das ideologias e do pragmatismo, tudo ao mesmo tempo, o mundo e o seu contrário, no fim de contas, não advogar rigorosamente nada digno de credibilidade. A vertigem pelo centro dos interesses confunde-se com a lógica do poder pelo poder, no fundo, pela divisão do Estado pelos clientelismos partidários, pela rejeição dos valores, a apologia do relativismo, em nome da transacção de favores sufragada em urnas através de proposta fraudulenta apresentada aos eleitores.

Creemos que chegou o momento em que os portugueses, do nosso quadrante de simpatias, terão que decidir se preferem votar num partido que embora apresente não professa os valores a que o centro-direita tem direito. Isto é, que não paga com políticas a expectativa do voto tradicional que recebe. Ou se, por outro lado, se deixam convencer pela virtude da proposta do CDS-PP, no quadro da qual este se afirma por aquilo que é e não pelas concessões que faz a princípios que não estão no seu ADN. Sejamos, portanto, absolutamente cristalinos: o CDS-PP, em nosso entendimento, deve dar procedência a uma estratégia que promova a demarcação programática do socialismo democrático e da social-democracia, sinónimos no capítulo da teoria política, ao passo que assume a liberdade de não ser sucedâneo de nenhum adversário ou concorrente, tão pouco a sua respectiva “marca branca”.

O CDS-PP não nasceu para ser mordomo, satélite, muleta ou subalterno de nenhum outro partido político. Tem dignidade autónoma e potencial para aspirar mais, com responsabilidade, capacitando-se dos instrumentos, metodologias e intérpretes

certos. Dir-se-á, então, que livre do voto útil e determinado em representar a única alternativa no plano do centro-direita, declinando a condição de crónico actor secundário e parceiro de ocasião, o CDS-PP só tem um caminho: apostar em quebrar o bipartidarismo instalado, assim como a correspondente alternância estéril de modelos de governação idênticos, e configurar-se, enfim, como estrutura partidária que visa trabalhar para, um dia, exercer o poder de forma autónoma. Sem sacrificar, para tanto, a chave-de-pensamento e a sua doutrina norteadora.

É possível governar Portugal sem nos transformarmos em “caixas-de-ressonância” do “*mainstream*”, reféns do politicamente correcto, conquanto prescindindo de pedir autorização aos guionistas da “esquerda da moda” para agir, os quais só autorizam a nossa existência “desnatada”, *light* e sem calorias. Este é centro-direita em que acreditamos – leia-se, da direita que conquista o centro, que lhe concede identidade e sabe imprimir-lhe rumo, e não do centro que toma conta da direita, a descaracteriza e neutraliza.

Correspondendo às amplas correntes de opinião pública, ainda desmobilizadas da tarefa cívica de construção de um Portugal capaz de se actualizar, de crescer, de se desenvolver e de se orgulhar de si próprio, a JP, ao lado do CDS-PP, desafia as novas gerações a desenhar uma sociedade que responda aos desafios presentes e seja eficaz na promoção de respostas para os verdadeiros anseios dos portugueses.

Acreditamos num país que seja um espaço de liberdade de expressão, de pensamento e de realização do projecto de vida de cada um. Não toleramos a ditadura subtil do politicamente correcto, que impõe os seus dogmas e tabus. Defendemos a vida, do embrião ao idoso, e pugnamos pela sua dignidade até ao último suspiro, mediante uma rede de cuidados médicos de fácil acesso e de apoios sociais adequados. Questionamos o “inverno demográfico”, que conduz ao declínio socioeconómico e à inviabilidade do Estado providência. Privilegiamos a família como célula fundadora da sociedade, apoiada por um regime fiscal favorável, nomeadamente nas despesas com a educação e saúde, com horários laborais flexíveis que facilitem a conciliação da vida familiar com a vida profissional. Postulamos o princípio de que o Estado, devendo cingir-se às funções essenciais e não se estendendo para além delas, inibir-se-á de ser um estrangulador da iniciativa privada e um predador dos rendimentos das pessoas, estando assim mais apto a ministrar uma rede de segurança que assista os mais vulneráveis. Acreditamos no trabalho como mecanismo unificador da sociedade, inserido num mercado flexível e justo, capaz de captar investimento e gerar emprego, motivar os trabalhadores, aumentar a produtividade e os lucros, e pagar bons salários. Encaramos a educação como factor nuclear para se atingir a mobilidade social e a igualdade de

oportunidades, pelo que a centralidade do aluno, a sua valorização, o incremento da qualidade e reforço do suporte social à frequência académica são eixos centrais a preservar. Arvoramos a coesão territorial, recomendando que as assimetrias e desigualdades entre litoral e interior sejam corrigidas por um Estado inteligente, reformista e descentralizador, que incentive a economia e as actividades rurais, assegure a distribuição da riqueza e estimule a fixação de pessoas e empresas em todo o território. Reivindicamos um pacote de medidas que garantam o acesso à primeira habitação, fundamental para a emancipação dos jovens em início de vida, em termos humanizados, equitativos e ajustados do ponto de vista social. Partilhamos a visão de uma Europa dos Estados-Nação, unida, solidária e inclusiva, que preserve as soberanias nacionais, acautele a sua participação nos centros de decisão, dilua o centralismo e compreenda que a metodologia intergovernamental traz mais benéficos às relações internacionais do que a imposição do federalismo.

Contabilizado, na presente data, cerca de 21 mil filiados, a Juventude Popular, situada sobre a trave-mestra do humanismo-cristão - fundado no valor do personalismo, da vida e da família - confluenta com a abertura às correntes conservadoras – radicadas no legado, na tradição e na propriedade privada – e liberais – no quadro da rejeição da opressão do homem pelo homem e deste último pelo Estado, bem como das economias abertas – declara expressamente a certeza inexorável de que, a breve trecho, configurará a primeira escolha política das novas gerações portuguesas.

Somos, comprovadamente, a organização política juvenil que mais cresce em Portugal. Projectaremos essa dinâmica mobilizadora para o CDS-PP, asseverando a sua renovação e dando lugar à desejável transição geracional. Somos a “jota” que lidera em nome de convicções, dá um novo fôlego ao caminhar da História, afirma corajosamente aquilo que é e restaura a confiança na política. Chegou a hora de colocar os pais a votar nos filhos e não os filhos a votar nos pais. Só assim cuidaremos de colocar o CDS-PP no lugar que merece. Acredita, JP!

Francisco Rodrigues dos Santos
Presidente da Juventude Popular

1. DESEMPREGO E PRECARIEDADE JOVEM

A JP elege o tema do combate ao desemprego e à precariedade jovem como uma das principais preocupações da agenda governamental. Acreditamos numa estratégia de plena empregabilidade, promovida por uma economia ao serviço das pessoas, assente na ideia de mercado laboral estável e inovador, condições primordiais para um desenvolvimento forte e sustentável do País.

Portugal apresenta uma das maiores taxas de desemprego jovem, muito acima da média europeia, cifrando-se em 29%. Acresce ainda a estes dados o incomensurável número de jovens que exercem a sua actividade profissional em condições consideradas indignas, indecentes e imorais.

Neste sentido, é importante perceber que o fortalecimento do sector terciário e a transformação do tecido empresarial, devido ao impacto das novas tecnologias, redesenhou a dinâmica do mercado laboral. É portanto o desajustamento da legislação a uma realidade cada vez mais distinta daquela para as quais as leis foram inicialmente criadas, que dificulta uma reversão e diminuição do desemprego.

Termos como “*sharing economy*” ou “*gig economy*” revelam um novo panorama assente na rotatividade laboral e flexibilidade na contratação. São as camadas jovens que estão mais expostas a esta nova realidade, por serem a força de trabalho que possui as qualificações necessárias para integrar as áreas pioneiras que cada vez mais dominarão o mercado de trabalho. É também cada vez mais difícil para as empresas nacionais conseguirem manter o seu nível de competitividade num mercado global, sendo os encargos para com o Estado a nível das quotizações, um grande obstáculo ao crescimento e consequente contratação.

O desfasamento da legislação laboral face a uma realidade cada vez mais distinta daquela para a qual foi desenhada, estimula o surgimento destes casos degradantes, prejudica a criação de novos postos de trabalho e desincentiva a contratação.

O novo paradigma assenta na rotatividade laboral e flexibilidade na contratação, em contraponto com a elevada segmentação e rigidez do mercado de trabalho. Por outro lado, é cada vez mais difícil para as empresas nacionais conseguirem manter o seu nível de competitividade num contexto global, quando os encargos para com o Estado representam um colossal obstáculo ao fomento da riqueza e à contratação.

Neste projecto reformista, a JP refuta quaisquer teses revolucionárias e marxistas que coloquem padrões contra empregadores (fórmula que conduz ao fecho de portas das unidades industriais), que reivindiquem capital sem trabalho ou trabalho sem capital, por se demonstrar uma impossibilidade dogmática, ou que prometam direitos divorciados da produtividade e do mérito, princípio que redundaria numa perigosa injustiça.

A JP apresenta um elenco de medidas que, num primeiro plano, sugerem um conjunto de políticas activas que visam reforçar o apoio social aos jovens trabalhadores, quer pela criação de uma passe de transporte, quer por incentivos à formação técnica. Em segundo lugar, são apresentadas isenções e reduções à TSU, para estimular a criação de emprego e asseverar a transição geracional nas empresas, bem como a utilização de descontos no IRC para potenciar estágios profissionais. Numa terceira abordagem, é defendido um novo e único modelo de contratação, inspirado no modelo social nórdico, designado contrato único dinamarquês, como forma de flexibilizar a contratação e de atacar a precariedade, uma vez que permite convolar os vínculos contratuais frágeis num modelo progressivamente mais protegido. Finalmente, um sistema de indemnizações de modelo austríaco, de forma a complementar os direitos do trabalhador no contrato único.

1.1. Apoio Social e Reforço Educacional no Combate à Precariedade

Um dos principais desafios em democracia é garantir a igualdade de oportunidades e a possibilidade do mérito individual se sobrepor às hierarquias sociais existentes. Deste modo, o Estado pode ter um papel importante como garante deste princípio, através de políticas sociais que colmatem as dificuldades causadas por acentuadas diferenças socioeconómicas, especialmente nas camadas mais jovens.

É profundamente erróneo excluir o tema da educação do debate em torno da empregabilidade e precariedade. A formação de novas gerações de capital humano com competências adequadas às necessidades do mercado é um dos pilares do combate à precariedade. Neste sentido, é gritante a necessidade de reforçar a oferta do ensino público no que toca à formação técnico-profissional.

1.1.1. Criação de um passe social de transportes designado “Passe Sub25”, destinado a jovens do ensino superior, público ou privado, com idade até aos 25 anos que beneficiem de apoios de acção social escolar.

- i) O passe sub25 consignaria os seguintes descontos: 40% para beneficiários de acção social directa no Ensino Superior e 25% para famílias com requisitos específicos.
- ii) Este passe acresce ao sub18 e sub23 e não se configura como substituto dos mesmos.

1.1.2. Estimular o ensino vocacional em Portugal através do reforço da componente prática em todas as suas fases.

- i) Garantir que mais de 60% do currículo de ensino técnico-profissional constitua experiência profissional mediante estágios.

1.2. Fomentar a Criação de Emprego

A principal solução para o problema do desemprego é, evidentemente, a criação de emprego. Portugal apresenta várias condições atractivas ao investimento estrangeiro, quer pela sua localização geográfica, qualidade do capital humano e infra-estruturas. As suas principais cidades são já referências internacionais em vários sectores, nomeadamente no tecnológico, um dos principais sectores empregadores das camadas mais jovens, bem como o que melhor reflecte a cultural laboral contemporânea. No entanto, é difícil conceber Portugal como um pólo de atracção de investimento estrangeiro dado à sua pesada fiscalidade.

Portugal encontra-se acima da média da OCDE relativamente aos encargos com a segurança social⁶ e no 31º lugar (de 34) no índice de competitividade fiscal internacional para os membros da OCDE. Dados os benefícios económicos generalizados da redução da fiscalidade não só para as empresas mas também para os indivíduos, bem como um aumento significativo do número de postos de trabalho disponíveis, combater a precariedade passa por reduzir as quotizações sociais.

1.2.1. Reduções das contribuições sociais das entidades empregadoras para estimular a contratação.

- i) **Iisenção do pagamento da TSU por parte da entidade empregadora para jovens com menos de 25 anos.** A legislação apenas contempla a isenção nos casos de “jovens à procura do 1º emprego, desempregados de longa duração, pessoas presas em regime aberto”. A faixa etária de menores de 25 constitui 7.1% da população activa.
- ii) **Redução de 3% do pagamento da TSU por parte da entidade empregadora para jovens com idades entre os 25 e 30 anos (23.75% → 20.75%).**
- iii) **Retenção do IRC para a remuneração de estágios profissionais.** Permitir que as empresas retenham uma percentagem de 10% do IRC destinada exclusivamente à remuneração de estágios profissionais para jovens entre os 21 e os 30 anos. As empresas interessadas nesta modalidade teriam que submeter um plano de estágios ao IEFP, cuja aprovação permitiria a isenção de parte do IRC junto da Autoridade Tributária e Aduaneira.

1.2.2. Rever o estatuto trabalhador estudante

- i) **Aumentar a abrangência das equivalências de ECTS.** Permitir a obtenção de ECTS's caso o trabalhador estudante desempenhe funções extra-curriculares relevantes para a área de estudo.
- ii) **Criar a figura do provedor do estagiário (IEFP),** para tutelar os processos em curso de estágios ou acreditações por estágios.

Efeitos Económicos das Medidas

O custo da isenção da TSU para jovens com menos de 25 anos nas condições expostas custaria cerca de EUR 865 milhões (0.45 p.p. do PIB) assumindo hipóteses bastante irrealistas, ou seja, de que a quantidade de beneficiários seria igual aos actuais empregados dessa faixa etária (269 mil) e que a contribuição das empresas por estes contratos é igual à contribuição média, isto é, assumindo uma remuneração igual à remuneração média. Com hipóteses mais realistas mas ainda conservadoras (remuneração em metade da média, e cerca de 2/3 dos contratos actuais abrangidos), estima-se um impacto de apenas 0.15 p.p. do PIB.

Por outro lado, o custo da redução da contribuição para trabalhadores entre os 25 e os 30 é mais difícil de calcular devido à inexistência de estimativas do INE do número de trabalhadores nessa faixa etária. Assumindo que esses representam um terço dos trabalhadores da faixa etária entre os 25-44 anos e que essa percentagem por sua vez corresponde à percentagem da massa salarial auferida e respectivas contribuições (o que é, de novo, uma hipótese conservadora dado os salários menos elevados destes trabalhadores), esta medida terá um impacto de 0.11 p.p. do PIB, em quebra de receitas da Segurança Social.

1.3. Flexibilizar

Um dos principais objectivos europeus a nível do mercado de trabalho é a homogeneização de regimes laborais flexíveis como forma de combate ao dualismo. O exemplo de referência em toda a Europa é o caso da Dinamarca, cuja estratégia de liberalização do sector privado e do mercado laboral, são em boa parte responsáveis pela sua estabilidade económica e elevadas taxas de empregabilidade. Enquanto uma fiscalidade incisiva e favorável às empresas pretende garantir a criação de postos de trabalho, à semelhança das medidas previamente apresentadas, um modelo de contrato único, por tempo indeterminado, garante a rotatividade laboral e a flexibilidade na contratação, reduzindo drasticamente o desemprego.

A JP pretende implementar o modelo de contrato único em Portugal, de modo a redesenhar o panorama das relações contratuais a nível laboral e catalisar a flexibilização na contratação. Este modelo assenta na lógica da “flexisegurança”, sistema que rege o mercado laboral dinamarquês, ao conjugar uma enorme flexibilidade laboral, subsídios de desemprego abonados e políticas de incentivo à procura de emprego.

De modo a garantir a eficácia do contrato único e impedir situações de precariedade, procurámos reforçar a rede de apoio ao trabalhador, pela implementação de um sistema de indemnizações mais sustentável e que o emancipa, ao facilitar a rotatividade laboral. Este último é o modelo de indemnizações austríaco, também conhecido como “mochila austríaca”.

Neste sentido, propomos uma conjugação de ambos modelos de forma a obter uma solução adaptada às características nacionais.

1.3.1. Modelo Dinamarquês de Contrato Único

Substituição dos diversos contratos existentes em Portugal, com a excepção dos recibos verdes, por um modelo único contratual, de tempo indefinido, com indemnizações crescentes, proporcionais à senioridade do trabalhador na empresa, sem afectar retroactivamente os vínculos laborais em vigor.

- a) Este contrato inicialmente indefinido irá adquirir progressivamente as propriedades do contrato sem termo. É esta adaptabilidade que permitirá satisfazer as necessidades de mobilidade das posições júnior e garantir estabilidade nas mais séniores, ao criar incentivos para reter os trabalhadores;
- b) Há um estímulo à contratação: os trabalhadores mais jovens podem ser mais facilmente contratados, enquanto os trabalhadores mais séniores, que têm mais dificuldades, podem reter a sua posição;
- c) Como nenhuma alteração legislativa neste domínio se afigura como retroactiva, respeita-se a protecção daqueles que se regem pelo actual modelo de contratação.

1.3.2. Modelo de Indemnizações Austríaco

- i) Adopção de um sistema de pagamento de indemnizações gradual, financiado por contribuições mensais feitas pelos empregadores no valor equivalente de 1.53% do salário bruto do trabalhador. Estas são realizadas a partir do segundo mês do contrato e acabam quando este terminar. As contribuições permanecem num fundo até ao fim do contrato ou até o trabalhador se reformar;
- ii) Possibilitar ao trabalhador que tenha sido despedido e permanecido no mesmo contrato durante pelo menos dois meses, a possibilidade de obter o valor total da indemnização ou manter o saldo actual, de modo a acumular a quantia com as contribuições de um novo empregador. Deste modo, o trabalhador poderá optar por nunca receber a indemnização por despedimento e apenas reclamá-la na altura da reforma, onde poderá obter a quantia total ou uma anuidade livre de impostos;
- iii) Criação de um fundo especializado para gerir os pagamentos, de modo a

garantir sempre o reembolso do valor nominal da indemnização. O empregador desconta directamente para este fundo, encarregue de efectuar o pagamento das indemnizações ou os reembolsos.

Efeitos Económicos das Medidas

Como referido previamente, a excessiva protecção do emprego através da dificuldade no despedimento (quer por custos de indemnizações ou impossibilidades legais passíveis de serem invocadas) tem um efeito moderadamente negativo no desemprego, aumentando-o, que é coincidente, muitas vezes, com a não transformação de contratos a termo em contratos permanentes, devido à proibição de renovação indefinida dos primeiros.

Nesse sentido, esperamos que os resultados desta nova forma de contratação a longo prazo sejam:

- a) Aumento do emprego, com o menor receio por parte de empresários de empregar trabalhadores no novo contrato; aumento em particular do emprego jovem, devido à mitigação dos riscos envolvidos da parte dos empregadores;
- b) Aumento da rotatividade laboral em início de carreira, devido ao efeito do aumento progressivo dos direitos com indemnizações, o que por seu turno levará a um melhor *matching* entre empresas e trabalhadores;
- c) Deste último efeito de *matching*, haverá um aumento do rendimento salarial dos trabalhadores;
- d) Ao mesmo tempo, é expectável que o carácter progressivo da protecção no emprego traga um incentivo à permanência no mesmo posto de trabalho para grande parte dos trabalhadores;
- e) Espera-se, no entanto, uma menor componente de desemprego estrutural, e sobretudo uma menor duração do tempo de desemprego;
- f) O efeito mais importante é o ganho de flexibilidade no mercado de trabalho, já que um ambiente de maior rotatividade permitirá aumentos bastante menores da taxa de desemprego em casos de recessão cíclica e, em particular, em casos de mudanças estruturais no mercado de trabalho, tais como são antecipados devido ao maior uso da robotização e automação.

1.4. Geração 4.0 – A era da Automatização em Portugal e na Europa

O funcionamento das democracias liberais do pós-guerra está baseado num entendimento entre os cidadãos, o Estado e a propriedade privada. O sector empresarial é o motor do desenvolvimento económico, do crescimento e da inovação, oferecendo aos seus cidadãos emprego e assumindo responsabilidade social através do pagamento de impostos. Em troca da tributação, o Estado assume cumprir com um quadro regulamentar eficiente, com infra-estruturas e mão-de-obra especializada.

Quando toca à sua relação com os cidadãos, o Estado dá garantias de segurança e bem-estar. Os cidadãos, em seu nome e para lá do emprego, empenham-se no processo democrático e na legitimidade governativa. O desinteresse e a separação, bem como o domínio de um sentimento de insegurança e incerteza expresso na reemergência dos extremismos e populismos, bem como a abstenção, oferecem a clara indicação de que o balanço entre essas três dimensões rompeu. Isto pode ser atribuído a vários factores, como a ganância, a corrupção, a má gestão, ineficiência e a evasão fiscal. Estas falhas sistémicas não são novas, pelo que as próprias instituições sociais, políticas e legais têm tido dificuldade em atacá-las durante séculos. Porém, levantam-se novos desafios que ameaçam alterar fundamentalmente a própria natureza desse equilíbrio social.

O advento da quarta revolução industrial - a automatização, a computadorização e a digitalização - cresce nas forças dominantes da era anterior e é baseada nos sistemas ciber-físicos. Traduz-se significativamente em mais automatização, na *Internet of Things* e na inteligência artificial. Todas ameaçam desafiar a função básica do sector privado como o principal gerador de emprego.

O avanço da substituição de homens por máquinas rompe com a segurança e paz social da sociedade. Se o emprego não está disponível para atingir o nível necessário do modelo funcional estabelecido no pós-guerra, em particular durante o actual período de transição e potencialmente durante muitos mais anos, o que será da nossa sociedade?

Esse desenvolvimento potencia eventuais falhas e desequilíbrios, bem como desafios: Evasão fiscal, desigualdade salarial, mobilidade humana, globalização e mercado livre. As ramificações estendem-se para lá do trabalho, para suportar impostos, o papel do estado, do estado social e da segurança social, educação e aquisição de novas valências. O CDS-PP deve procurar responder às

preocupações das pessoas, dando-lhes respostas e apresentando soluções para os seus anseios, agora que se começa a alterar o *status quo*.

1.4.1. Portugal

Qual deve ser o papel português neste contexto? Estaremos prontos para um mundo Robotizado? O nosso passo em frente só vai resultar se for contrabalançado com valores e ética: igualdade e liberdade, responsabilidade e compaixão. Vamos ter que seguir este rumo liderando pelo exemplo, oferecendo um novo modelo para a Europa, defendendo os nossos cidadãos e capacitando-os. Dessa forma, inspirar outros, inspirar o mundo. É importante definir um modelo que funcione, mais do que apresentar medidas técnicas, como os programas de “Robôs Demonstradores”, como a conversão de engenheiros para as áreas de *Software* e Engenharia de Sistemas de Informação, promoção de *Learning Factories*, como o “Atelier Digital”, o programa de Competências Digitais, como o programa de inovação 5G, entre outras soluções que começam já a ser testadas no nosso território. O CDS-PP deve lutar para que Portugal seja o país que abraça a inovação, o avanço tecnológico e a automatização. Mais importante, Portugal tem que ser o país onde a automatização, o mercado global e a globalização funcionam verdadeiramente.

Para o alcançarmos, teremos que criar uma arquitectura institucional que foque as actuais deficiências e os desafios sistémicos e, mais importante, que permita crescer. A estrutura da União Europeia é actualmente demasiado pesada para funcionar devidamente, para apresentar soluções e para reagir atempadamente às ameaças emergentes, devendo por isso apoiar-se no estados-membro para que possam tomar decisões atempadamente, desde que para isso tornem os procedimentos mais desburocratizados e flexíveis. A união deve focar-se em criar estruturas eficientes que possam ser responsabilizadas, com processos transparentes que realcem as suas políticas adequadas e que aumentam a sua efectividade, a sua credibilidade e a sua legitimidade.

1.4.2. Europa

A resposta a este grande desafio talvez possa estar na União Europeia. A dimensão institucional e política da união deve lutar para se permanecer relevante e impactante. Na corrida global para a inovação, a Europa não tem certamente falta de talento. Até certo ponto, também não tem falta de recursos financeiros.

Porém, falta-lhe escala: A criação de um mercado para 500 Milhões está longe de ser concretizada. As barreiras, especialmente quando se fala de diferenças na regulação, tributação e segurança social, proíbem a criação de um verdadeiro mercado único, por exemplo, de telecomunicações: Como poderemos esperar que o nosso continente se torne o líder neste sector, essencial para a inovação, quando a regulação é diferente em todos os estados membro?

Necessitamos de alicerces fortes para criar crescimento e atrair inovação, em primeiro lugar. Teremos que ter mais integração, mas isto não significa que tenhamos que criar um Super-Estado em Bruxelas, antes pelo contrário. A JP é manifestamente contra esta solução. A chave é a subsidiariedade. Teremos que saber ser “grandes nos grandes assuntos e pequenos nos pequenos assuntos”. A UE tem que ser forte em áreas como a Segurança Externa, por exemplo, na luta contra o terrorismo e crime organizado, em Políticas de Defesa e Segurança das suas fronteiras, bem como na Política Ambiental. A maioria das áreas deve manter-se sob competência nacional, como é o caso das políticas para a família, educação, saúde, pensões, impostos e cultura. No entanto, deve haver a possibilidade de uma cooperação transfronteiriça voluntária entre estados-membros. Uma clara divisão de responsabilidades ajuda os cidadãos europeus a perceberem melhor o que é tratado na união, nos governos nacionais e nos regionais. Isto leva a que se aperte o cerco entre o que se promete e o que se cumpre, tanto a nível nacional como das próprias instituições europeias.

Devemos explicar quais os verdadeiros desafios do futuro e apresentar um projecto que inclua todos e que fale para cada um dos cidadãos. Temos que andar para a frente, sem deixar ninguém para trás.

Uma prioridade para o CDS-PP

A chegada da Geração 4.0 deve ser uma prioridade para um CDS-PP inovador e futurista. Este é o desafio que a JP lança numa área que trará mudanças profundas nos modelos de negócio e no funcionamento orgânico das empresas, com consequências preocupantes ao nível da criação de emprego, da sustentabilidade e bem-estar no trabalho. É importante que Portugal esteja preparado para responder a estes desafios, com a certeza de que uma discussão alargada a 27 trará mais benefícios nesta área do que se nos fecharmos ao avanço tecnológico.

2. EDUCAÇÃO

2.1. Liberdade de Escolha

Se existe área da governação onde é mais perceptível o poder e influência da extrema-esquerda é na educação. A Educação em Portugal é hoje, em boa parte, refém de um princípio ideológico de estatização. Tal como a liberdade de imprensa ou a criação cultural são hoje liberdades inquestionáveis, enquanto meios de criação e difusão do pensamento, a Educação é, todos o sabemos, o seu primeiro viveiro, pelo que é preocupante, enquanto indício dessas liberdades, a continuação de uma ideologia estatizante pouco consentânea com a abertura que caracteriza as democracias contemporâneas.

É importante que o país faça uma reflexão livre sobre o caminho que quer dar à Educação. Se as famílias – mesmo aquelas com menos poder de compra – devem ter uma palavra a dizer sobre o modo como os seus filhos são educados. Se as escolas estatais devem reproduzir um modelo único ou construir projectos educativos autónomos. Se é competência do Estado ter o monopólio da Educação ou se essa é uma função que pode ser partilhada com a sociedade civil.

Se olharmos para os países onde a liberdade é maior, facilmente percebemos qual deve ser a nossa aspiração; todos eles beneficiam de sociedades mais ricas e coesas. Mais liberdade, portanto, para que as escolas sejam realidades plurais e as famílias ganhem maior controlo sobre a educação dos seus filhos.

2.1.1. O que significa Liberdade de Escolha?

Para que possamos estar alinhados em matéria de conceitos, a liberdade de escolha em educação diz respeito à possibilidade de as famílias poderem escolher – livremente e de forma consciente – a escola e o projeto educativo que desejam para os seus filhos estudarem, seja uma escola de natureza estatal, cooperativa ou privada. E que o possam fazer independentemente do seu estatuto socioeconómico ou cultural. Liberdade de Escolha, portanto, não tem que ver com a dicotomia Estado vs. Privado, mas sim com uma ideia de libertação de um Estado monopolista que, na Educação, tudo ordena pelo Ministério da tutela. É um conceito que deriva do fundamental reconhecimento de que os alunos antecederam as escolas. Para milhares de jovens portugueses, a educação é a única oportunidade de quebrar ciclos geracionais de

pobreza, atingindo o sucesso através do esforço e do mérito. Sabemos bem que as famílias mais abastadas, porque possuem mais recursos financeiros, têm a possibilidade de oferecer aos seus filhos mais opções de escolha. E que as famílias mais desfavorecidas, justamente por não possuírem tais recursos, têm o seu horizonte mais reduzido. Este é um sistema socialmente desequilibrado e injusto. Não queremos viver num país onde seja possível prever o sucesso de um jovem através do seu código postal.

Facilmente se compreende que aquilo de que aqui falamos é da mais elementar igualdade de oportunidades para todos. Em Portugal tem vigorado uma opção ideológica estatizante que privilegia um Estado dono da Educação. Esta realidade, que tem subjacente um falso princípio de igualdade, cria mais desigualdades do que aquelas que visa prover e promover.

Naturalmente que essa igualdade de oportunidades para todos é tão mais efectiva quanto mais informadas estiverem as famílias.

2.1.2. Serviço público de educação

Apesar da evolução verificada nos últimos quinze anos, o sistema educativo português ainda é demasiado opaco e focado na oferta estatal de educação. Por puro preconceito ideológico, pois o que fazem as escolas não-estatais da rede pública senão oferecer um serviço público de educação?

Tanto assim é que as escolas não-estatais fazem parte do sistema público de educação, apesar de a sua propriedade não ser estatal e, portanto, de a sua gestão e o seu corpo docente também não serem, eles próprios, estatais.

De facto, não é necessário que a propriedade das escolas seja do Estado para que exista serviço público de educação; nem está demonstrado que o Estado seja um melhor garante da educação do que a iniciativa privada e social. Mas está demonstrado que a existência de diferentes escolas e diferentes projectos é um bem para o país.

Contudo, um dado é certo e aprovado pelo Tribunal Contas: a gestão não-estatal dos estabelecimentos de ensino custa muito menos ao erário público do que a escola propriedade estatal. Porque há mais flexibilidade de gestão, mais autonomia pedagógica, projectos educativos sólidos e eficientes, melhores esquemas de incentivos, progressões na carreira mais baseadas no mérito e nos resultados e, sobretudo, porque há mais foco na gestão e na sua importância para maximizar recursos, potenciar sinergias e explorar oportunidades que se repercutam de forma positiva nos alunos.

A escola estatal tem vindo ao longo dos anos a adoptar algumas práticas das escolas privadas, que gozam de maior grau de autonomia para criar e inovar por estarem menos dependentes de pressões externas e corporativas.

O conhecimento que existe hoje sobre o que se passa nas escolas tem vindo a aumentar nos últimos 15 anos. Sabemos hoje que escolas têm melhores resultados pedagógicos e as que, ano após ano, se afirmam como garantes de qualidade e de mobilidade social.

A informação de que hoje dispomos deveria levar-nos a analisar as escolas que, de forma consistente e reiterada, não têm resultados pedagógicos adequados. O movimento automático é o de fixarmos os olhos nos estabelecimentos do topo da tabela e discutirmos quem lá está e por que motivos. Mas seria bem mais importante olhar atentamente para o caso das escolas que, ano após ano, negam aos seus alunos o direito de aprender.

Não é aceitável que nos digam que a culpa é dos alunos e das suas famílias. Não é admissível que nos seja dito que há crianças que não podem aprender. O acesso a uma escola onde se aprende é a mais poderosa e efectiva ferramenta de desenvolvimento pessoal e social que a sociedade pode oferecer às crianças e jovens. A manutenção do *status quo*, no qual só quem tem recursos pode escolher a escola que pretende, e quem não tem recursos ou informação não dispõe de qualquer opção ou alternativa à escola que o Estado impõe, é denegar, de forma clara e manifesta às famílias, e às suas crianças, o direito fundamental à educação.

E esta é uma situação que pode e deve ser revertida, com a vantagem adicional de se revelar uma opção mais saudável para as contas públicas, como facilmente se percebe: actualmente, o sector não-estatal da Educação em Portugal (excluindo ensino superior), representa 20% do sistema educativo, cerca de 45.000 postos de trabalho e 330.000 alunos. Deste universo, ligeiramente menos de metade dos alunos tem alguma forma de apoio do Estado. Esse apoio totaliza 2% do orçamento do Ministério da Educação.

2.1.3. A concorrência como factor de Liberdade

Ora, sabemos bem, pela experiência de vida, que só melhora e inova quem é desafiado e estimulado a fazer diferente. Por isso é tão importante e saudável que exista um ambiente concorrencial (naturalmente, regulado e devidamente supervisionado).

Com efeito, o direito à educação não pode ser nunca um direito absoluto mas sempre um direito participado porque radica em dois pilares fundamentais: na

liberdade e na igualdade. Só com estes pressupostos poderemos falar de verdadeira participação.

Em Portugal na área da educação, o Estado que, para cumprir o seu desígnio constitucional de garantir educação para todos, estimulou uma rede de estabelecimentos escolares por todo o território, excepto nos locais onde essa oferta já existia, aproveitando nomeadamente nos anos 70 o desempenho da Igreja Católica na área da educação, dando abertura ao regime de contratos de associação.

Durante largos anos, o ensino público de educação assentou essencialmente nas escolas de ensino público estatal e nas escolas de ensino público de contrato de associação. Numas e noutras, tal como a hipotética situação da rede de padarias públicas, estas escolas tiveram uma “clientela” garantida e estiveram isentas de preocupações de ambiente concorrencial. Este cenário alterou-se em algumas zonas onde o Estado decidiu construir escolas públicas junto de outras com contrato de associação, prática que serve hoje de argumento aos inimigos da liberdade de escolha para que se feche as segundas em detrimento das primeiras.

Ao nível da qualidade, a oferta educativa destes estabelecimentos de ensino é reconhecida e procurada pelas famílias dos alunos que os frequentam. Nenhum aluno frequenta estes estabelecimentos de ensino sem que isso resulte de uma escolha da sua família. Mesmo no caso dos contratos de associação, é sempre possível aos pais optarem por colocar os filhos numa outra escola. O maior incómodo seria o tempo de deslocação até à escola pública estatal mais próxima.

2.1.4. Como funcionaria, no concreto, o modelo da Liberdade de Escolha?

Todas as escolas que quisessem aderir à rede de ensino público (fossem de propriedade pública, cooperativa ou privada) estariam sujeitas à lei da oferta. Não cobriam mensalidades aos seus alunos, nem fariam qualquer discriminação no momento da candidatura. No início de cada ano lectivo, as famílias fariam livremente as suas inscrições (até ao limite de capacidade de cada escola) e seria esse o critério determinante para efeitos de apuramento do valor de financiamento por parte do Estado. Passaria, portanto, a existir uma lógica de financiamento directo às famílias que escolheriam as escolas apenas em função do nível do valor e da atractividade do seu projecto educativo.

Temos consciência de que uma liberdade sem critérios seria baseada numa falsa igualdade. E é aí que o Estado deve ter um papel interventivo: *à priori* como regulador e *a posteriori* como supervisor.

Às escolas estatais seriam reconhecidas novas prerrogativas de autonomia, para que concorressem em igualdade de circunstâncias entre si e com os estabelecimentos de propriedade privada ou cooperativa. Livres de se diferenciar e afirmar de forma plural, as escolas adaptar-se-iam à procura local e as famílias escolheriam livremente entre elas.

2.1.5. O que ganharia Portugal com uma plena Liberdade de Escolha?

Além da convergência com os países com os quais nos gostamos de comparar, com todos os pressupostos inerentes, podem-se perspectivar ganhos em 5 simples pontos:

- i) Maior responsabilização dos pais e encarregados de educação na Educação das crianças. Ter a possibilidade de escolher aumenta a responsabilização e, consequentemente, o grau de exigência.
- ii) Aumento da qualidade, que passaria a estar na ordem do dia. Uma escola que não a garanta perde alunos e, por conseguinte, perde financiamento e apoios.
- iii) Aumento do ambiente competitivo entre escolas. Escolas a competir pela melhor reputação e pelos melhores indicadores trazem não apenas a já mencionada qualidade, mas também um maior nível de motivação entre todos os interlocutores e comunidade educativa.
- iv) Aumento da diversidade. De forma a procurarem “público”, as escolas tenderiam a procurar projectos educativos diferenciadores e de valor acrescentado, diminuindo a tendência homogénea e centralizadora da educação, o que se traduziria num corpo discente mais plural e diversificado, social, económica e culturalmente.
- v) Eficiência e racionalização dos recursos. A alocação de recursos estando direccionada única e exclusivamente para a procura, tenderia à melhor eficiência de recursos. Embora de forma artificial e imposta pelo Estado, esta eficiência já aconteceu com as escolas de ensino público com contrato de associação, que estão limitadas na oferta de turmas. Desta forma são obrigadas a um controlo muito particular da alocação de recursos de forma a poderem ser sustentáveis.

2.1.6. Os passos para a liberdade de escolha

Temos um longo caminho a percorrer para que a Liberdade de escolha seja possível. Nos últimos anos com uma equipa governativa dominada pela extrema-

esquerda, tem sido passos cada vez mais centralizadores em tudo o que diz respeito à educação. Há que trilhar um novo caminho e definir prioridades.

2.1.7. Promoção das diferenças de toda a oferta

A oferta existente nas escolas estatais é emanada dos serviços centrais do Ministério da Educação, que de várias formas limita a diversidade e cria uma rede de oferta demasiado homogénea pelo território. Foi lançado um projecto pelo Ministério da educação de Autonomia e Flexibilidade, no entanto a definição da oferta formativa está mais nas mãos do Ministério e das Comunidades Inter-Municipais do que nas escolas.

- i) Permitir que as escolas escolham a oferta formativa que querem oferecer, tendo em conta os recursos que possuem e as necessidades da área onde estão implementadas.
- ii) Possibilitar que as escolas sejam diferenciadoras com a criação de Planos Próprios

2.1.8. Informação para escolher

Nos últimos anos com a criação do infoescolas a informação é maior por isso consideramos que não pode existir verdadeira escolha se não há informação sobre a oferta e sobre a diferenciação da mesma. O mesmo se aplica ao desempenho das escolas, que deve ser público para que as famílias tenham o máximo de informação na sua escolha. A informação do desempenho das escolas vulgarmente apresentada como Rankings são essenciais para um estudo do nosso sistema, não sendo um fim em si, é primordial para um trabalho sério de análise do nosso sistema.

A avaliação das escolas por entidade externa ao Ministério da Educação é fundamental para que o prestador não seja o mesmo que o avaliador. Deve ser reconsiderado o papel da Inspeção Geral da Educação e Ciência.

- i) Aperfeiçoamento do portal infoescolas por forma a incorporar o máximo de informação sobre o tipo de formação existente e os resultados esperados e atingidos por cada escola.
- ii) Disponibilização de informação sobre o desempenho dos alunos e das escolas.
- iii) Criação de um mecanismo externo ao Ministério da Educação para a avaliação das escolas.

2.1.9. Autonomia

O actual Governo apresentou um Projeto de Autonomia e Flexibilidade das escolas, no entanto na sua concretização apenas se percebe que existe Flexibilidade, tendo sido interrompido um percurso de aumento de autonomia, protagonizado com os Contratos de Autonomia que existiam com dezenas de Agrupamentos de Escolas.

Um caminho positivo, que o CDS-PP deve salientar e reforçar, é a experiência do ensino municipalizado, que tem sido uma forma de concretizar a descentralização de competências, aumentando a autonomia decisória das escolas e reforçando o controlo que a comunidade educativa exerce sobre as escolas.

O Ministério da Educação não pode persistir no controlo central de gestão pedagógica e administrativa. A medida recentemente tomada pelo Ministério da Educação de terminar com a contratação de escola veio impedir que as escolas escolham os seus professores, inviabilizando assim que exista uma maior adaptabilidade dos recursos ao projecto educativo.

A construção do plano curricular dentro do ciclo de ensino deveria ser uma atribuição das escolas, tal como a adaptação dos horários e do calendário escolar de acordo com o projecto educativo, havendo possibilidade de gerir dentro de alguns limites mínimos e máximos a carga horária das diversas disciplinas.

- i) Contratação de professores pela escola
- ii) Gestão de 40% do desenho curricular e das cargas horárias
- iii) Gestão do desenho das disciplinas dentro do ciclo de estudos

2.1.10. Contratos Simples e Desenvolvimento

O único reduto de apoio à liberdade de escolha para famílias com menor capacidade económica, está a sofrer um novo ataque do Governo, com a limitação ao número de alunos do ano anterior. Os Contratos Simples para o ensino obrigatório e dos Contratos de Desenvolvimento para a pré-escolar são atualmente a forma de apoio às famílias que escolhem escolas fora da rede estatal. Este tipo de contrato só abrange algumas das escolas privadas, pelo que não há uma generalização da oferta, criando assim desigualdades no acesso por parte das famílias que estão limitadas aos colégios que têm este contrato com o Ministério da Educação. Outra das limitações é a reduzida abrangência de famílias que estão dentro dos parâmetros de apoio:

- i) Consagração dos Contratos de Desenvolvimento e Simples como apoio às famílias sem intervenção das escolas.

- ii) Alargamento do Contrato Simples e Desenvolvimento de apoio à família a todas as escolas que o requeiram.
- iii) Alteração da fórmula de cálculo do apoio alargando a abrangência e o reforço financeiro nos escalões mais baixos.

2.2. Abandono Escolar no Ensino Superior

A JP identifica, neste âmbito, quatro grandes áreas determinantes: transparência sobre a empregabilidade, articulação do ensino secundário com o ensino superior, financiamento estudantil e ensino vocacional e técnico.

No que reporta à transparência sobre o nível de empregabilidade dos cursos, avançam-se medidas no sentido de garantir a disponibilização dos dados de empregabilidade de todos os cursos, sem considerar prosseguimento de estudos como “emprego”, bem como dos requisitos de acesso a certas profissões, exigidos por ordens profissionais.

As propostas de melhor articulação dos ensinos secundário e superior pretendem incentivar os alunos a entrar na universidade. É sugerida uma maior flexibilidade curricular no 12º ano a nível das disciplinas optativas, no intuito de realizar o estudante dentro da sua própria área de conforto.

No entanto, a Juventude Popular elege o problema do financiamento como um dos mais fundamentais, dada a actual conjuntura económica de crescimento anémico e insuficiente. As recomendações vão no sentido de oferecer formas de financiamento estatais sustentáveis e eficazes. Entre outras destacam-se: a criação de crédito estudantil com pagamentos faseados e em função do salário bruto, dedução fiscal progressiva das propinas baseada nos rendimentos do agregado familiar e prioridade em bolsas de trabalho universitárias para alunos com falta de recursos. De modo a incentivar um papel mais interventivo da sociedade civil na educação, é também proposta uma dedução fiscal de donativos por entidades privadas a estabelecimentos de ensino público.

Urge, ainda assim, uma reconsideração mais profunda do sistema educativo português. A JP reconhece que nem todos os percursos profissionais e educativos têm de passar pelo ensino teórico, seja ele no ensino científico-humanístico, no ensino secundário ou na Universidade. Nessa cadência, sugere-se também incrementar o ensino vocacional, através de medidas que procuram aumentar o número de horas de experiência profissional, reforçar as parcerias com o tecido empresarial, garantir que

os currículos sejam desenvolvidos por parceiros sociais, instituições de ensino e empresas, reformular os CET e os CTSP para contemplar a possibilidade de acesso ao ensino superior e fomentar a adopção de um novo grau de associado a ser oferecido pelas universidades e politécnicos, como uma alternativa mais técnica e vocacional à licenciatura.

A Juventude Popular sabe que um Portugal mais próspero depende de uma geração preparada, formada, que se pautar por objectivos claros e competências concretas. Um ensino de oportunidades é um ensino para todos. Uma geração qualificada é a melhor garantia de futuro. É segurança de que a mobilidade social é possível. O abandono escolar constitui um dos maiores desafios à consolidação do sistema educativo nacional, por se tratar de uma realidade transversal à sociedade portuguesa. Embora Portugal se encontre dentro da média Europeia no que toca ao ingresso no ensino superior, a conjuntura socioeconómica poderá certamente por em causa esta situação. Não só se tornou mais difícil para as famílias custearem a educação universitária dos seus filhos, como os mesmos sentem ter cada vez menos retorno do investimento feito, por este não se traduzir em empregabilidade. Há também uma crescente consciência de que é necessário reforçar o ensino técnico-profissional, ainda deficitário em Portugal, como forma de combater o abandono escolar precoce.

No sentido de apresentar respostas aos desafios destas novas realidades e contribuir para a melhoria do sistema educativo em Portugal, a JP apresenta um conjunto de medidas de combate ao abandono escolar no ensino superior. As medidas estão divididas em quatro grandes temas: transparência sobre a empregabilidade, articulação do ensino secundário e superior, financiamento estudantil e ensino vocacional.

2.2.1. Educação Vocacional e Técnica

A redução do abandono escolar no ensino superior passa necessariamente pela redução do abandono escolar precoce, com especial ênfase no ensino secundário. A aposta em cursos técnico-profissionais ou vocacionais é uma tendência europeia tida como crucial pela OCDE. Não só permite responder às crescentes necessidades do mercado laboral, cada vez mais técnico, como também serve de incentivo para prosseguir estudos a nível superior.

a) Reforço da componente prática em todas as fases do ensino vocacional.

Seguindo as referências a nível Europeu, o modelo Holandês e Alemão, os cursos

de ensino vocacional e profissional devem garantir que mais de 60% do currículo seja experiência profissional mediante estágios.

b) Currículo profissional desenvolvido pelas escolas, parceiros sociais e empresas, estando sujeito a aprovação ministerial.

Os currículos dos cursos profissionais devem ser elaborados por várias entidades, de modo a existir uma melhor articulação entre a formação dada e as necessidades específicas do mercado de trabalho.

c) Reforço das parcerias com o tecido empresarial para assegurar a colocação na empresa no final do curso.

d) Reformular o CET e CTSP para reforçar a possibilidade de acesso ao ensino superior a nível dos politécnicos.

De modo a dar a possibilidade aos alunos dos Cursos de Especialização Tecnológica e os Cursos Técnicos Superiores Profissionais de poderem ingressar cursos superior técnicos, é importante reforçar a preparação para provas de acesso ou incluir optativas que preparem o aluno para formação superior.

e) Implementação do grau associado (“*associated degree*”) a nível da rede politécnica.

Os graus de associado são cursos com uma duração reduzida, equivalentes a um curso nível 6 (pré-licenciado). O objectivo é estabelecer uma ponte de entrada no ensino superior. Um curso no âmbito da educação superior vocacional e técnica, pretende oferecer um curso universitário com uma forte componente prática. Serve de incentivo a alunos do ensino vocacional a especializarem-se através de um currículo adaptado ao seu percurso.

2.2.2. Financiamento Estudantil

Um dos factores que mais contribui para o abandono escolar no ensino superior, é a falta de condições económicas para efectuar o pagamento das propinas. Um dos perfis mais comuns no abandono escolar precoce, é a do aluno de condições socioeconómicas mais baixas e oriundo de um agregado familiar com um percurso académico deficitário.

É crucial apresentar medidas sustentáveis para reforçar o apoio financeiro, que colmatem as necessidades dos alunos em risco e, por outro lado, não ponham em causa a estabilidade financeira das instituições públicas de ensino.

a) Criação de um crédito estudantil público, semelhante ao modelo de empréstimos inglês.

O Estado concede empréstimos a alunos em necessidade, com um sistema de pagamento faseado. O aluno só começa a pagar o empréstimo quando auferir um salário base 1.5 vezes o salário mínimo em Portugal. A quantidade dos pagamentos é progressiva mediante o salário total, anual do aluno, constituindo sempre 9% do salário bruto.

b) Dedução fiscal progressiva baseada nos rendimentos do agregado familiar.

Quanto menores os rendimentos, maior a possibilidade de dedução fiscal dos pagamentos de propinas no ensino superior.

c) Prioridade em bolsas de trabalho universitário em função dos rendimentos.

Deve ser dada prioridade aos mais necessitados na obtenção de estágios de carácter administrativos em instituições de ensino público.

d) Dedução fiscal de donativos por entidades privadas a estabelecimentos de ensino públicos ou projectos de investigação.

3. EUTANÁSIA

O CDS-PP tem sido, desde há largos anos, o grande bastião da defesa dos cuidados paliativos. Quando outros nada tinham a dizer sobre o acompanhamento digno dos doentes terminais, nós tivemos sempre posição. Propusemos a primeira Lei de Bases dos Cuidados Paliativos e garantimos, através do nosso esforço legislativo, a instalação da primeira unidade de cuidados paliativos pediátricos do País, no Porto. Batemo-nos repetidas vezes pela plena integração dos cuidados paliativos no Serviço Nacional de Saúde e pela criação do estatuto do cuidador informal. Legislámos para permitir as directivas antecipadas de vontade e o testamento vital, propusemos medidas para beneficiar fiscalmente quem tem ascendentes a cargo e, recentemente, levámos a plenário uma proposta para criminalizar o abandono de idosos em hospitais, que foi vergonhosamente chumbada pela maioria de esquerda.

Sobre a dignidade em fim de vida e o direito à saúde, não aceitamos lições de ninguém. O registo parlamentar mostra que não descobrimos o tema quando ele se tornou polémico, ou quando a imprensa começou a interessar-se por ele. Temos um historial de trabalho silencioso e discreto, em defesa dos mais desprotegidos. Somos, por vocação própria, o partido que mais se preocupa com o acompanhamento digno dos doentes terminais. Não somos, porém, nem nunca quisemos ser, um partido monotemático, centrado numa agenda fracturante.

O CDS-PP não puxou o debate sobre a legalização da eutanásia para a ordem do dia. Mas, numa discussão que não foi escolhida nem agendada por nós, temos sabido sustentar uma posição clara e firme. É preciso que continuemos a fazê-lo. O debate sobre a legalização da eutanásia convoca-nos a todos e reclama a mobilização total do partido. Reclama, em especial, a mobilização dos jovens que, ao transmitirem um sinal inequívoco de apoio à vida, muito contribuem para desmistificar a discussão. Não podemos aceitar a ideia falsa de que os defensores da eutanásia são defensores do progresso, da dignidade e do humanismo e de que os seus opositores favorecem, por contraste, o retrocesso civilizacional, a imposição da dor e a limitação da liberdade individual.

3.1. As razões do nosso não

Num tema tão relevante como este, importa ir aos princípios. A eutanásia não é a descontinuação de tratamentos médicos inúteis ou dolorosos. Essa é uma boa prática médica, prescrita pelas regras deontológicas em vigor. Também não é o acto de *desligar as máquinas*, quando a vida do doente está a ser artificialmente

sustentada. A eutanásia é uma intervenção activa, para eliminar a vida de um paciente a pedido deste. É, com toda a propriedade, um homicídio a pedido da vítima.

Os defensores da eutanásia gostam de dizer que a vida, sendo um direito, não é um dever irrenunciável e que, por isso, a lei tem de reconhecer aos cidadãos o *direito a morrer*. Mas este direito, explicam, não é para todos. É apenas aos doentes terminais, aos que estão em situação de sofrimento intolerável, que ele deve ser reconhecido. Ou seja, a vida de todos nós é um direito inegociável e inalienável, mas apenas até ao momento em que estejamos em sofrimento intolerável. Aí, a mesma vida que era intocável passa a ser opcional. A mesma vida que era um direito inalienável converte-se numa comodidade disponível. Como se justifica este desajuste? E, mais importante, quem é que vai arbitrar se as pessoas estão ou não em sofrimento intolerável, para poderem pedir a eutanásia? A quem cabe traçar a linha entre as vidas intocáveis e as vidas opcionais? Ao Estado? A um comité de burocratas? A uma equipa de médicos e psicólogos?

Repetidamente, vêm-nos dizendo que a eutanásia é uma matéria de liberdade individual. Temos esta questão bem resolvida. Sabemos, pela nossa matriz personalista e democrata-cristã, que a vida é o primeiro e mais fundamental de todos os direitos, anterior mesmo à liberdade. Assim o ditam a lógica e o senso comum. Assim o consagram a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Carta Europeia dos Direitos Fundamentais e a Constituição da República Portuguesa. O direito à vida é anterior à liberdade porque, sem vida, não existe liberdade. E, por conseguinte, não existe uma liberdade de acabar com a vida.

Ainda que assim não fosse, ainda que pudéssemos reconhecer a liberdade como primeiro e mais importante de todos os direitos, a eutanásia apresentar-nos-ia grandes dificuldades. A eutanásia nada tem que ver com liberdade. A eutanásia é, na verdade, uma falsa escolha e uma falsa liberdade. A falsa escolha entre o sofrimento e a morte, em que esta última é apresentada como um analgésico, uma solução eficaz contra o sofrimento, ignorando-se a evidência trágica de que a sua execução não elimina a dor, mas extingue a pessoa como um todo. A falsa liberdade de um exercício decisional cujos termos estão condicionados à partida porque, antes que o doente pronuncie a sua vontade, tem de ouvir o Estado. E é o Estado que sentencia, através de burocratas, médicos e conjecturas probabilísticas, se a pessoa está suficientemente debilitada para que a sua vida já tenha passado de inquestionável a opcional. É o Estado que determina se a pessoa ainda o é por inteiro ou se, através da doença e do sofrimento, a sua vida já se degradou ao ponto de ser descartável.

A eutanásia e as premissas que sustentam a sua defesa não têm lugar na sociedade que a JP pretende construir, nem se coadunam com a visão que temos da

Saúde. Em Março do ano passado, visitámos a unidade de cuidados paliativos do Hospital da Luz e o serviço de pediatria do IPO de Lisboa. Quisemos aprender com quem está no terreno, a prestar apoio aos doentes e a acompanhar as situações mais difíceis. No IPO, encontrámos médicos dedicados, mas também nos deparamos com a dura realidade dos hospitais capturados pelas cativações. Aí, não existe nenhum serviço de cuidados paliativos pediátricos. Aliás, a rede nacional de cuidados paliativos continua a ser exígua e deixa sem cobertura quase três quartos dos portugueses. Como podem prometer-nos que haverá autêntica liberdade de escolha num País em que o Estado oferece a eutanásia a todos os doentes terminais, mas só consegue oferecer um acompanhamento médico de qualidade a uma percentagem mínima destes doentes? Que liberdade resta a quem sofre?

Os defensores da eutanásia não se cansam de repetir que esta não é incompatível com o desenvolvimento das unidades de cuidados paliativos. Mas conhecemos-lhes a retórica e a prática. Ao longo das últimas décadas, pouco fizeram para que os cuidados paliativos se desenvolvessem no nosso País. Empenham-se agora como nunca na legalização da eutanásia, argumentando que o Estado não deve ter posições morais sobre o fim da vida. Entre continuar em cuidados paliativos ou preferir a eutanásia, o Estado é neutro. Entre a vida e a morte, o Estado não tem preferência.

Não compreendemos que a sociedade possa, no momento em que as pessoas estão mais sós e vulneráveis, pedir-lhes que decidam sozinhas sobre o seu futuro. Essa pretensa liberdade, que isola quem sofre e desresponsabiliza quem devia cuidar, é moralmente inaceitável.

Vale a pena referir que a eutanásia é uma solução estranha a quase todo o mundo civilizado. É legal apenas no Canadá, na Bélgica, na Holanda e no Luxemburgo. Franceses e britânicos já a rejeitaram explicitamente e, nas grandes democracias europeias, ela não é contemplada como uma solução. Bem nos lembramos como, em 2007, os defensores do aborto não hesitavam em lembrar, horrorizados, que Portugal fazia parte de um conjunto de apenas quatro Países europeus (além de nós, a Irlanda, a Polónia e Malta) que ainda proibiam a prática e que, em nome do progresso e da convergência europeia, era preciso permiti-la. Agora, porém, não lhes dói a consciência por pretenderem arredar Portugal do consenso do mundo civilizado, arrastando-nos para essa ínfima minoria de Estados europeus onde a eutanásia é legalmente aceite. A incoerência não espanta. Mas fere. E, neste caso, mata.

O que dizer, então, dos efeitos práticos da legalização da eutanásia nestes Países? O resultado, infelizmente, é funesto. Na Bélgica, os últimos dados disponíveis

denunciam um aumento de 78% no número de eutanásias, entre 2011 e 2015. Neste último ano, mais de duas mil pessoas pediram a eutanásia na Bélgica. Nos Países Baixos, o número de eutanásias também não tem cessado de aumentar. Em 2003, registaram-se 1800 casos e, em 2015, o número disparou para os 5516. Um aumento de 306%. O mais chocante nesta evolução não está sequer nos números e no seu peso esmagador. O que nos impressiona é o tipo de casos que, com o aval do Estado belga e do holandês, têm sido conduzidos à eutanásia. Em nome do combate ao *sofrimento intolerável*, ambos os Países já consentem a eutanásia de menores. Aceitam também a eutanásia de pessoas com deficiências, tanto do foro físico como do psíquico. Em Junho de 2016, um cidadão belga pediu – e recebeu – a eutanásia por ser homossexual. Em Novembro do mesmo ano, a Holanda foi notícia por conceder a eutanásia a um indivíduo que se dizia incapaz de ultrapassar um problema de alcoolismo. O conceito sinuoso e relativo do *sofrimento intolerável* vem consentindo que se dê a morte assistida a vítimas de abuso sexual que não conseguem ultrapassar o trauma, pessoas em estado depressivo e idosos que sentem que a sua vida está completa.

Dizem-nos os defensores da eutanásia que, em Portugal, a lei será diferente; que serão criadas suficientes restrições para que estes abusos chocantes não tenham lugar. Mas como podem garanti-lo? Todo o seu jogo argumentativo gira em torno da ideia de que o sofrimento é intrinsecamente pessoal e de que, por conseguinte, não é lícito a terceiros emitir juízos sobre as opções de vida de quem está a sofrer. Ora, se o sofrimento é mesmo assim, tão radicalmente individual e tão difícil de medir externamente, onde irão eles buscar a reserva moral que lhes permite distinguir entre as mortes boas e as mortes más? Entre quem está mesmo em *sofrimento intolerável* e quem está em condições de tolerar mais um pouco? É o Estado que vai decidir? Queremos mesmo confiar a um comité de médicos a tarefa de discernir sobre a suportabilidade do sofrimento dos outros, para determinar se estes podem pedir a morte? É isso que significa liberdade?

Para a JP, são evidentes os vácuos lógicos, os riscos práticos e os gravíssimos problemas morais da legalização da eutanásia. Debatemo-los abertamente, numa sessão pública que teve lugar em Coimbra, em Abril do ano passado, e para a qual mobilizámos a sociedade civil. Temos certo o que pensamos sobre o tema. Não temos hesitações, nem estados de alma. Estamos totalmente empenhados neste combate, ao lado do partido e dos seus deputados, para defender a inviolabilidade da vida humana, o direito à saúde com qualidade, o consenso médico e ético do mundo civilizado e a liberdade autêntica. Não faltaremos à chamada.

4. EUROPA

Com o aproximar das próximas eleições Europeias, a JP entende que é hora de estabelecer e propor ao Congresso do CDS-PP aquelas que considera ser as linhas orientadoras da posição portuguesa na Europa. Na melhor tradição do europeísmo não-federalizante, a JP vem aqui firmar, clara e distintamente, posição nas três áreas que, previsivelmente, dominarão a agenda do próximo ano: a criação de lista transnacionais, a constituição de um exército europeu, o financiamento da União Europeia, as fronteiras externas e os tratados comerciais.

Contudo convirá, na abertura do presente capítulo, estabelecer os traços gerais do posicionamento, em sentido lato, da JP em relação à União Europeia (UE).

Somos europeístas:

A JP encara, como sempre encarou, a participação na construção europeia enquanto pilar estratégico do desenvolvimento nacional. Lembramos o desenvolvimento económico e a rápida consolidação democrática portugueses, fruto dos elevados padrões que a Europa ocidental representava, na altura, para Portugal. O evidente progresso social português dos últimos 40 anos é indissociável da adesão à CEE e, reconhecendo-o, não aderimos àqueles revisionismos que entendem que Portugal teria feito melhor em abster-se de semelhante contacto. À semelhança da tradição do CDS-PP nesta matéria, a JP continuará a bater-se pela convergência portuguesa com os padrões Europeus onde, evidentemente, estes se ajustarem às necessidades próprias da realidade portuguesa.

Somos pela livre-circulação de pessoas, serviços, bens e capitais:

Não representaria a juventude portuguesa a juventude partidária que não reconhecesse os méritos evidentes da abertura do mercado laboral europeu. A agora denominada “geração *Erasmus*” beneficiou de um contacto e nível de oportunidades internacionais até agora inigualado na história de Portugal. Não só nos revemos nessa geração, como a integramos e representamos, que viu com olhos ambiciosos a oportunidade europeia, no contexto de um grande intercâmbio juvenil pela Europa fora. Nesta medida, não foi só no mercado laboral, mas também na área académica, onde o financiamento e o aprofundamento dos laços universitários europeus, a par com o reconhecimento mútuo das qualificações nacionais, expandiu ainda mais o leque de oportunidades da juventude portuguesa, hoje mais qualificada,

internacionalizada e preparada para encarar os destinos da sociedade portuguesa, seja no sector privado, associativo ou público.

Somos por uma Europa livre, cooperante e descentralizada

A cooperação Europeia não implica a centralização das decisões. A JP, enquanto defensora da democracia representativa, liberal e ocidental, encara as constituições nacionais como as únicas bases de legitimidade democrática, conquanto os governos nacionais representam os povos europeus. Todos aqueles artifícios que criarem bases de representatividade novas, nomeadamente a Comissão Europeia e, em menor grau, o Parlamento Europeu, devem restringir-se ao cumprimento do princípio da subsidiariedade: o seu mandato consiste na persecução daqueles objectivos que, embora subscritos pelos Estados-Membros, só se farão cumprir num contexto supranacional.

Cremos que o não cumprimento deste princípio de legitimidade democrática e intergovernamental poderá conduzir a tensões populistas, já demonstradas na história recente da União, derivadas de uma percepção pública de fraca soberania nacional e inflexibilidade europeia. A delicadeza própria do jogo democrático exige cautela acrescentada na construção de corpos supranacionais; as democracias são sustentáveis na medida em que o eleitorado se vê como soberano. Nessa medida, a JP encara, como deve encarar o CDS-PP, a sua missão como dúplice: assegurar, por um lado, a saúde da democracia portuguesa, combatendo todo o radicalismo, à esquerda ou à direita, que queira isolar o país e, por outro lado, combater todos aqueles impulsos federais que comprometam a soberania das instituições portuguesas.

4.1. Listas Transnacionais

De acordo com os princípios acima enunciados, consideramos não existir uma base de representação capaz de legitimar a existência de listas transnacionais: consideramos, aliás, que tal instituição poderia causar embaraços desnecessários nas instituições nacionais. Em virtude da natureza da política interna dos Estados-Membros, o posicionamento dos deputados de cada Estado no âmbito das listas partidárias poderia ser alvo de maior disputa eleitoral do que os programas partidários em questão. Segundo, nem conhecemos, nas federações mais exemplares, tais como a Alemanha ou os Estados Unidos, casos de listas federais. Deste modo, estas listas seriam um sinal de centralização superior à das federações já existentes, algo que já é

apanágio actual da União Europeia. Por último, e não menos importante, Portugal, enquanto país de média dimensão, ficaria naturalmente a perder na constituição destas listas, na medida em que estas estariam sujeitas à discricionariedade dos diferentes partidos europeus, já em si dominados pelos maiores Estados-Membros. No caso das eleições Europeias, no esquema que hoje vigora, conhecemos ainda a ressalva de proporção equitativa dos diferentes Estados-Membros na atribuição de lugares no Parlamento Europeu. Aceitamos este sistema tal como se apresenta: cada Estado sufraga, nacionalmente, um número de lugares proporcional à sua população. Deste modo, assegura-se o elo de ligação entre representantes e representados.

4.2. Cooperação Estruturada Permanente (CEP)

A JP reconhece a importância de uma maior cooperação entre os Estados Membros da União Europeia em matéria de política de segurança e defesa, para fazer face aos desafios e ameaças que advêm da própria circunstância europeia no contexto mundial. Não obstante, o primado da soberania nacional deve constar do centro deste debate, na medida em que a consolidação da Cooperação Estruturada Permanente (CEP) em matéria de defesa deverá avançar num espírito de harmonização intergovernamental, nos termos da qual delimitamos as seguintes linhas vermelhas: A CEP não conduza à criação de um Exército Europeu; a participação na CEP não verifique o princípio da especialização das valências próprias e inerentes das Forças Armadas nacionais; a UE assuma maiores responsabilidades no domínio da segurança e defesa, sem um envolvimento directo dos EUA, sem que isso implique uma duplicação desnecessária de estruturas comuns da NATO, nem signifique uma incompatibilização com os seus objectivos; é do interesse de Portugal aderir à CEP, sem esvaziar a importância e o carácter institucional da NATO enquanto pilar indispensável da nossa segurança colectiva.

4.3. Financiamento da União

De acordo com a prioridade intergovernamental acima estabelecida, consideramos também que a fiscalidade e o financiamento das instituições supranacionais devem estar limitados às possibilidades das democracias nacionais, conquanto elas respondem aos seus eleitorados próprios na distribuição da receita dos seus orçamentos. Por outras palavras, não reconhecemos na Comissão Europeia, nem no Parlamento Europeu, um nível de representatividade sólido o suficiente que lhes permita construir fontes autónomas de receita. A legitimidade democrática da União

Europeia emerge do apoio popular à opção europeia feita por governos particulares: a representação Europeia é, assim, uma representação de segundo grau. Assim, o seu financiamento deve estar sempre limitado à capacidade contributiva dos Estados Membros, enquanto estes entenderem cooperar e financiar os diferentes projectos da União.

4.4. Sistema de imigração integrado

A última crise dos refugiados revelou a indefinição gritante da União Europeia no que toca à definição das suas fronteiras externas; da existência, por nós defendida, de um espaço de livre circulação depreende-se a necessidade da sua delimitação geográfica. Neste contexto, a União Europeia, como um todo, ganha um mandato colectivo que, correspondendo às necessidades de todos os estados membros, é directamente depreendido das necessidades nacionais associadas à livre circulação. Assim, a sistematização, a nível europeu, do acesso ao asilo, de uma política fronteiriça comum e de uma distribuição equitativa dos encargos relacionados tanto com os refugiados são indispensáveis à estabilidade da União. Sendo a União Europeia um dos maiores blocos económicos do mundo, com instituições democráticas, abertas e fácil acesso geográfico, teremos de encarar as recentes migrações, sejam ou não de requerentes de asilo, como um facto natural; reforçamos, naturalmente, o imperativo ético no que concerne aos refugiados de situações catastróficas, onde o mais elementar humanismo impõe o dever de ajudar.

4.5. Relações económicas externas

A JP, enquanto defensora do livre comércio, deseja ver concretizada a abertura económica da União Europeia através de tratados comerciais. Enquanto não forem os Estados Unidos, como foram antes, a principal força motriz da abertura comercial internacional, deverá a UE liderar esse esforço. Lembramos as consequências nefastas que poderão resultar de um processo de retorno ao protecçãoismo económico: o protecçãoismo muitas vezes é, mais do que uma convicção política, uma retaliação diplomática. A UE deve evitar todos aqueles modelos que a encarem como uma “fortaleza” económica, imune à competição e inovação internacionais. Esta perigosa tentação apenas levará à perpetuação de ineficiências nos sectores privados internos; à manutenção artificial de preços mais altos; ao impedimento da especialização económica das diferentes economias. Assim, reafirmamos a máxima importância do estabelecimento do TTIP, enquanto primeiro passo para a criação de

um verdadeiro mercado do hemisfério norte, não condicionado pela ascensão da China.

A Juventude no futuro da União Europeia

A JP reconhece, no entanto, que a Europa poderá ser determinante no cumprimento das aspirações naturais das juventudes europeias. Subsistem, na Europa, três eixos que acreditamos serem fundamentais no desenvolvimento da juventude: emprego, habitação e empreendedorismo. Nestes aspectos, consideramos ser possível o aprofundamento intergovernamental de programas de apoio nestas áreas: Estas três prioridades da juventude portuguesa devem ser contempladas no quadro financeiro plurianual 2021-2027.

Apesar de todos os programas conhecidos no sector da juventude, não encontramos ainda, no contexto deste quadro, um enquadramento das prioridades sociais para a juventude. Assim, exortamos o CDS-PP para considerar as oportunidades existentes, neste quadro, de se servir dos instrumentos da UE para suprir as necessidades da juventude europeia.

A maior fonte de competitividade da União Europeia só poderá advir da juventude. Numa época em que a Europa se encontra em clara perda em relação aos seus principais competidores, os Estados Unidos e a China, é necessária uma reflexão séria acerca daqueles instrumentos que permitam à juventude europeia afirmar-se, mais uma vez, como uma das mais inovadoras, competitivas e diligentes a nível global. Entendemos, assim, que sem as condições de acesso ao emprego, necessariamente presas também às idiossincrasias dos mercados nacionais, à habitação e ao empreendedorismo, a Europa arriscar-se-á a uma das chaves para a sua competitividade.

A conclusão lógica do nosso raciocínio mostra-se: aquelas reformas estruturais, que podem criar uma estrutura robusta de incentivos à iniciativa, ao emprego e a um mercado imobiliário dinâmico, são uma questão necessariamente europeia e nacional.

Assim, a JP exorta o CDS-PP a construir um discurso europeu fundado também na resposta a estes temas, que cremos serem essenciais para a atracção da juventude portuguesa para o debate europeu, que hoje se constitui essencial no seu futuro.

5. PRIMEIRA HABITAÇÃO

No actual panorama político, uma das questões que tem sido esquecida é a da habitação, nomeadamente, a das condições de habitação para os jovens.

Portugal enfrenta diversos problemas relativamente ao acesso à habitação em vários sectores populacionais. A discrepância acentuada entre os salários e custos, conjugado com um aumento generalizado dos preços dos imóveis, quer a nível da compra, quer a nível do arrendamento, impede a que os jovens disponham de habitação própria e força a população sénior ao realojamento.

As condições difíceis e o peso dos encargos para a obtenção de crédito, a pesada carga fiscal sobre os imóveis e o influxo de investimento estrangeiro no sector imobiliário, são outros factores que, apesar dos seus efeitos positivos, são também directamente responsáveis pelo actual cenário em que vivemos.

A JP, na sua missão de representar os jovens, não pode ignorar esta realidade que ameaça hipotecar o futuro das novas gerações e por em causa a vivência harmoniosa da sociedade.

A dignidade da pessoa humana como princípio orientador da acção política está na génese identitária da JP. O respeito da mesma passa pelo direito a uma habitação condigna, que reúna todas as características necessárias para uma vivência plena. Não queremos uma habitação de subsistência, mas sim um lar que garanta segurança e estabilidade, que permita planos futuros e que inspire a constituição de uma família.

Se a família constitui o principal pilar da nossa sociedade, ela própria está alicerçada no emprego e na habitação. É então fundamental garantir a habitação digna, pois esta é a base quintessencial do projecto familiar.

A JP apresenta então um conjunto de medidas que vão ao encontro dos principais problemas da habitação para os jovens, respondendo aos desafios do arrendamento e da compra de casa, à assimetria de informação no mercado imobiliário, à má gestão do património público em prole da habitação jovem, incentivando a acessibilidade à habitação sustentável e tendo em vista a constituição de novas unidades familiares que garantam o futuro de Portugal.

É urgente deslindar mecanismos de âmbito nacional e o mais abrangentes possível, que sem onerar excessivamente o Estado, facultem um alívio financeiro aos jovens na procura de uma residência, seja ela para aquisição ou arrendamento.

- a) **Assumir uma progressividade nos benefícios fiscais em sede de IRS, IRC, IMI e IMT para os senhorios e arrendatários de prédios de habitação permanente e contratos de arrendamento, em função do valor das respectivas rendas face ao valor patrimonial do imóvel;**
- b) **Assegurar que o “Programa Reabilitar para Arrendar – Habitação Acessível” destinado a financiar a reabilitação de edifícios maioritariamente habitacionais e propriedade de privados, seja incrementado de modo a abranger residências universitárias e equipamentos sociais.**
- c) **Redução dos encargos das famílias, permitindo um aumento progressivo de dedução fiscal da renda, em função do número de dependentes, privilegiando as famílias numerosas e reduzindo os custos habitacionais.**

Na JP temos noção de que o problema habitacional, e as aspirações dos jovens, não se resolvem, nem dependem principalmente da acção do Estado no que concerne ao seu património inutilizado. No entanto, por um lado, por força de exemplo, e por outro lado, considerando que todos os recursos são poucos, **consideramos inaceitável que, por ineficiência, má legislação, ou incúria, existam activos imobiliários na posse do Estado que não estejam a ser utilizados, quer no caso de imobiliário habitacional, ou mesmo no caso de terrenos de construção, mesmo que para outros fins.**

É um imperativo moral que o património que é gerido pelo Estado não seja desperdiçado, e que cada activo imobiliário sem uso seja, por um lado, posto ao serviço da sociedade, e por outro, caso esse uso seja privado, possa servir de fonte de receita, tão necessária num cenário em que a redução da dívida é ainda uma prioridade para garantir um futuro digno e próspero às próximas gerações.

Nesse sentido, propomos que se **averigúe a existência de vários mecanismos práticos para a alienação e cedência de património público**, actualmente patentes na actuação da ESTAMO, da DGTF, da DGPC, entre outros.

Para que este processo possa ser célere e se cumpra o real propósito de eliminação de assimetrias na informação, é imprescindível que este se coadune com uma **plataforma online única de leilão do património imobiliário do Estado**, com informação de valor pretendido para alienação/cedência, disponibilidade, condições,

informações técnicas e geográficas, e, em certas condições, a possibilidade de proceder à própria licitação nesta mesma plataforma.

Acrescido a estas medidas novas, propomos também o reforço das já vigentes, tal como o **reforço financeiro do programa “Porta 65”, que face às 15000 candidaturas em 2016, apenas pode apoiar 7000. Reforçamos também a importância do programa “Uma Casa Para Ti”, que será melhorado no sentido de rentabilizar a utilização dos fogos disponíveis.**

Assumimos mais uma vez os compromissos de dar respostas aos obstáculos que se interpõem entre os jovens e os seus projectos de vida e de defender os seus interesses de forma responsável, sem sobrecarregar outras faixas etárias com mais encargos ao Estado.

6. SEMEAR PORTUGAL

O Ambiente não tem ideologia ou cor política, merecendo a preocupação de todos na luta pela sua sustentabilidade e pela sua defesa.

No ano de 2017, Portugal registou o pior período de que há memória no que diz respeito a incêndios e território ardido. Foram mais de 520 mil hectares de floresta queimada, campos agrícolas devastados e habitações destruídas. Foi o ano com mais vítimas mortais e feridos provocados pelos incêndios de que há memória.

A mancha cinzenta que assombrou o território nacional e a vida dos portugueses, jamais cairá no esquecimento. É com estas pessoas, gentes das nossas terras, que devem estar os nossos pensamentos e os nossos esforços para que seja possível reconstruir o cenário desmoronado.

Após os incêndios que deflagraram em Outubro de 2017, a JP visitou algumas zonas afectadas. Da observação no terreno, desenvolveram-se as ideias; do desespero da população, entenderam-se as necessidades; e da matriz ideológica que define a JP, surgiram as acções.

Num país que continua a viver dificuldades sérias pela passagem das chamas, é urgente devolver a normalidade quotidiana e a paz social a esta comunidade. Circunstância que só se reconstitui com políticas públicas activas que apoiem as sociedades onde a calamidade se abateu violentamente.

a) Estimular a angariação de fundos.

Em colaboração com entidades privadas e cidadãos particulares, destinados à reconstrução das habitações próprias permanentes destruídas pelos incêndios;

b) Contribuir para a mobilização de equipas de voluntários que prestem assistência psicológica às vítimas deste episódio traumático.

Constituição de um banco nacional de voluntários que preste assistência psicológica e desenvolva actividades de acompanhamento e/ou interacção social junto das populações mais afectadas pelo trauma das tragédias.

c) Recomendar ao Governo e à Assembleia da República que cuidem de prever no próximo Orçamento do Estado isenções fiscais no quadro do IMI e da Derrama.

Para os proprietários que, em determinado concelho, possuam um ou mais imóveis ou pessoas colectivas danificados pelos incêndios. As quantias incobráveis de imposto devem ser apuradas com base em estimativas de anos

anteriores, para que esses valores, não sendo tributados aos contribuintes, possam ser transferidos pelo Governo aos Municípios, consignando-os à recuperação social e económica da comunidade.

d) Requerer ao Governo a fixação de um preço mínimo, por tonelada, para a compra de madeira oriunda das florestas atingidas pelos fogos, para mitigar a deflação dos preços da matéria-prima face ao excesso de oferta.

Este mecanismo permitirá compensar patrimonialmente as perdas materiais sofridas pelos lesados e regar as transacções comerciais com base numa regulação económica positiva por parte do Estado.

e) Propor que se inicie, no presente ano lectivo, um Projecto de Prevenção e Segurança de Incêndios nas Escolas.

Este programa tem como finalidade contribuir para a formação integral dos estudantes da rede pública por meio de acções de informação, prevenção e reacção a incêndios, tendo em vista a adopção de procedimentos de segurança que minimizem as situações de risco.

Neste contexto, está em curso o processo de ajuda às zonas afectadas pelos incêndios, conduzido pela JP, através do projecto **“Semear Portugal”**, nos termos do qual a JP inaugurou uma iniciativa sem precedentes: a celebração de um protocolo entre uma juventude partidária e a *Quercus - Associação Nacional de Conservação da Natureza*, cujo mote é *“Plante uma Árvore - Cultive a Esperança!”*.

Através da venda das pulseiras, a JP leva de Norte a Sul de Portugal continental, até aos arquipélagos dos Açores e da Madeira, a possibilidade dos portugueses contribuírem com um gesto simbólico – a aquisição de pulseiras – para uma tremenda causa nacional, uma vez que a sua contribuição reverterá em dezenas de hectares plantados com o cunho JP e de todos os que se quiseram associar ao projecto.

Não procuramos dividendos políticos. Pretendemos sensibilizar as pessoas, alienando a marca “JP”: o ambiente também é a nossa bandeira! É, portanto, uma causa que abraçamos e, por esse motivo, desenhámos uma campanha com a duração de 365 dias. Foi a 23 de novembro de 2017, no dia mundial da Floresta Autóctone, que se deu início ao apelo de “Semear Portugal”.

Assim continuaremos até ao término da campanha: pelo terreno, num verdadeiro espírito de sensibilização! A catástrofe que abalou a floresta portuguesa, não é algo efémero, os danos são tangíveis e o castanho domina o nosso horizonte, outrora verde. Impera fazer diferente e contribuir para que esta cor regresse volte a pintar a nossa floresta.

7. RELAÇÕES COM O CDS-PP

O CDS-PP encontra na JP a garantia de renovação da sua linha dirigente, a segurança sobre o amanhã do partido e a certeza de que a abordagem aos mais novos consegue promover mais eficazmente o crescimento sustentável que desejamos.

Embora o CDS-PP e a JP sejam organizações autónomas no que respeita aos seus programas políticos e modelos de gestão, não podemos – nem queremos – escamotear a similitude ideológica que as une, a identidade de pensamento que as define e a proximidade no campo da acção que as orienta.

O CDS deu a vida à JP. A JP dá vida ao CDS. É nessa relação simbiótica e biunívoca que devemos procurar manter-nos, sendo certo que a grandeza de um medir-se-á pelo grau de força que a outra tiver, beneficiando ambos da convergência de sinergias na assunção dos objectivos comuns.

Ao CDS-PP e à JP, num salutar espírito de um entendimento natural, competir-lhes-á concertarem posições e coordenarem políticas conjuntas que visem idênticos fins, comportando-se dignamente como parceiros estratégicos e de interesses partilhados. Assiste a ambas a obrigação de facultarem à outra os meios tidos por convenientes para o cumprimento do seu papel, de acordo com a sua natureza.

Do CDS-PP espera-se saiba integrar os quadros mais valiosos e promissores que a sua “Jota” for capaz de formar, provendo-lhes o destaque e o protagonismo que merecem, seja nos órgãos internos ou nas suas listas próprias.

O preconceito existe em política e cabe-nos erradicá-lo através de um relacionamento intergeracional vantajoso nos dois sentidos. Enjeitamos, nessa medida, o entendimento de que os “jotinhas”, como vulgarmente são designados na opinião pública - num tom manifestamente pejorativo – servem apenas para realizar as tarefas acessórias e instrumentais na agenda quotidiana dos partidos.

A participação cívica dos mais jovens, no quadro da JP, não se caricatura com a figura do moço de recados, do laçao que executa os fretes dos adultos, do menino que abana as bandeiras, do “verbo-de-encher” os lugares de suplente, do figurante para preencher as molduras humanas nos comícios.

O argumento da inexperiência dos jovens não poderá colher quando o princípio geral nos diz que todos os militantes carecem de habilitações empíricas até lhes ser concedida a oportunidade de desempenharem determinadas funções. O que se advoga é que a falta de currículo político não seja causa de exclusão dos mais novos,

a quem se reveja o perfil, as competências e a maturidade indicadas para consubstanciarem a aposta do Partido.

A renovação não se coaduna com a mera rotatividade de figuras. A simples alternância não introduz nenhum elemento novo no sistema. Não podem ser sempre os mesmos a perfilar-se para a sucessão dos lugares habituais.

Se cremos na renovação moderada e gradual temos obrigatoriamente que dar espaço a novas pessoas, para evitarmos incorrer numa incompreensível repetição de protagonistas. A política exorta-nos a captar figuras novas que, num ambiente de liberdade e de confiança, se tornem aptas a fazer as suas escolhas, dar largas à sua criatividade e a tentar liderar e construir novas soluções.

Defendemos o mérito como o primordial critério de gestão aplicável a todas as decisões sobre pessoas, em vez dos cabelos brancos ou da data de nascimento. Para os que julguem que a idade é o defeito, retorquimos que passa com o tempo. Sabemos os que queremos: os melhores na primeira linha do CDS-PP, a começar nas estruturas locais até aos órgãos nacionais.

Nesse contexto, à luz da importância histórica da JP na vida do CDS-PP e dos jovens portugueses, que é coerente com o aparecimento contínuo de inegável valor humano, o qual, justiça lhe seja feita, tem granjeado simpatias junto de novos eleitorados, justifica-se que o partido olhe para os dirigentes da JP como apostas certas e fiáveis para não só requalificarem a arquitectura orgânica do CDS-PP, como também para constarem das suas listas candidatas ao poder local e central.

Nesse âmbito, permitimo-nos assinalar a vontade expressa da JP em voltar a dispor de representação em sede parlamentar, à semelhança do que sucede com as demais organizações de cariz juvenil dos principais partidos. Não o almejamos por termos predilecção pela imitação dos outros, muito pelo contrário. Achamos, contudo, que merecemos travar o debate político no mesmo patamar que os nossos adversários directos, contraditar dentro do mesmo domínio formal, escrutinar com idênticas armas e construir com poderes homólogos. Ambicionamo-lo por entendermos que a juventude portuguesa merece uma voz conservadora, democrata-cristã e liberal na Assembleia da República, que esteja colada aos pares que representa e que seja indissociável dos mesmos. Essa voz, que nesta legislatura se calou, é a da JP.

Por seu turno, conta-se da JP que seja embaixadora da visão do Partido junto dos mais jovens, saiba convocar as novas gerações para a participação cívica e não prescinda de contribuir para o aperfeiçoamento da vida interna do CDS-PP.

É por isso que um cidadão que participa, que se envolve, que milita, é um exemplo de coragem e de missão. É alguém que não está disposto a que sejam os

outros a decidir por ele. É alguém que acredita, que arrisca e que se bate por valores e por princípios.

Desculparmo-nos com os vícios partidários, com a podridão do sistema dos partidos, com a bipolarização e com a corrupção, não é mais que justificar a nossa inércia.

Somos uma geração que faz política e que a quer fazer com ética. E não nos envergonhamos disso. Em conformidade, a JP deverá abrir as suas portas à sociedade civil, criando sinergias com organizações apartidárias de indubitável valor social, construindo pontes entre a juventude e o poder político, entre as ideias e a sua prática.

É com base neste pressuposto que trazemos uma filosofia, um modelo e uma estratégia para a juventude de centro-direita, descomplexada e corajosa, que vê no CDS-PP o seu referencial de militância político-partidária.

Não vamos desperdiçar o futuro que desperta dentro da nossa Casa. A solução está em plantar no gosto do jovem algo transmitido pela experiência dos mais velhos; e semear no gosto dos mais velhos algo que provenha da irreverência dos mais novos: quem segue nesta jornada evolui e desenvolve-se. Não morre.

Lamego, 10 e 11 de Março de 2018